

ALEXANDRE RANDS BARROS

**A
ESQUERDA
HOJE**

MITOS, VERDADES E ILUSÕES



ALTA/CULT
EDITORA

Rio de Janeiro, 2021

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Relevância do Texto | 4 |
| Organização do Livro | 6 |
| CAPÍTULO 1: FILOSOFIA DA HISTÓRIA PARA A ESQUERDA MODERNA | 9 |
| Introdução | 9 |
| Conceitos Básicos | 11 |
| Filosofia da História de Hegel | 12 |
| Visão Marxista | 14 |
| Uma Nova Filosofia da História | 16 |
| Determinantes da Evolução Histórica: Críticas a Hegel e Marx | 23 |
| Noções Básicas de Jogos Não Cooperativos e seu Possível Papel na Dinâmica Histórica | 25 |
| As Motivações Humanas e seu Papel para a Evolução Histórica | 32 |
| Homo Não Cooperativo Versus Homo Cooperativo | 35 |
| Diferenças de Visão da Natureza Humana nas Filosofias de Esquerda e das Mais Liberais | 36 |
| Conclusões e o Papel da Filosofia da História para a Reconstrução do Pensamento de Esquerda Moderno | 38 |
| CAPÍTULO 2: CONCEITO DE ESQUERDA HOJE | 43 |
| Introdução | 43 |
| Pilares Básicos do Conceito de Ideologia de Esquerda | 44 |
| Igualdade Social | 46 |
| Democracia | 48 |
| Aceleração do Crescimento Econômico | 50 |
| Esquerda Versus Direita | 52 |
| Distribuição de Renda e Aceleração do Crescimento | 53 |
| Determinação da Distribuição de Renda | 53 |
| Distribuição de Renda e Renda Permanente | 58 |
| Conceito de Esquerda Considerando Relação Entre Renda Permanente e Distribuição de Renda | 62 |
| CONCLUSÕES: Comentários Adicionais | 65 |
| CAPÍTULO 3: FUNDAMENTOS E LIMITES DA NOÇÃO DE IGUALDADE CONTIDA NO PENSAMENTO DE ESQUERDA | 67 |
| Introdução | 67 |
| Fundamentos Ontológicos das Desigualdades | 69 |
| Composição de Atributos e Esforço | 78 |
| Ineficiência e Esquerda | 81 |

| | |
|--|-----|
| Mais Comentários Sobre Desigualdade e Crescimento | 83 |
| Igualdade de Oportunidades e Desigualdade de Renda Advindas de Atributos Adquiridos | 86 |
| CONCLUSÕES: Comentários Adicionais | 91 |
| CAPÍTULO 4: FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE DEMOCRACIA CONTIDO NO PENSAMENTO DE ESQUERDA | 95 |
| Introdução | 95 |
| Do Indivíduo à Democracia | 97 |
| Fundamentos Micro das Diferenças nos Conceitos de Democracia | 100 |
| Natureza da Democracia | 105 |
| CONCLUSÕES: Comentários Adicionais | 109 |
| CAPÍTULO 5: TAMANHO DO GOVERNO: O IMPACTO NOS IDEÁRIOS DE ESQUERDA | 111 |
| Introdução | 111 |
| Tamanho do Estado e Prioridades da Esquerda: Abordagem Empírica | 113 |
| Distribuição de Renda e Tamanho do Governo | 115 |
| Crescimento Econômico e Tamanho do Estado | 122 |
| Democracia e Tamanho do Estado | 126 |
| Impacto do Tamanho do Estado na Democracia | 129 |
| Democracia Versus Renda Permanente | 133 |
| CONCLUSÕES | 137 |
| CAPÍTULO 6: TAMANHO DO GOVERNO: ESTRUTURA ÓTIMA | 139 |
| Introdução | 139 |
| Determinação do Tamanho Ótimo do Governo | 141 |
| Esquerda Versus Liberais na Determinação do Tamanho Ótimo do Estado | 146 |
| Determinação da Estrutura Ótima de Governo | 148 |
| Arrecadação de Tributos | 154 |
| CONCLUSÕES | 157 |
| CONCLUSÕES | 159 |
| Introdução | 159 |
| Menos Religiosidade na Interpretação da Essência do Ser Humano | 160 |
| Essência da Esquerda | 163 |
| Esquerda Versus Liberais | 163 |
| Natureza da Igualdade Defendida | 166 |
| Mais Democracia | 168 |
| Socialismo Concreto | 168 |
| Partidos de Esquerda no Brasil Atualmente | 170 |
| REFERÊNCIAS | 173 |
| ÍNDICE | 179 |

FILOSOFIA DA HISTÓRIA PARA A ESQUERDA MODERNA

INTRODUÇÃO

A Teoria Marxista que fundamenta o pensamento de esquerda atual tem como base a filosofia da história desenvolvida por Marx no século XIX. Por isso, antes de iniciar discussões importantes, como o próprio conceito de esquerda e algumas de suas consequências para posições políticas atuais, é fundamental entender essa filosofia e atualizar algumas de suas ideias. Isso se faz necessário porque Marx viveu numa época em que vários desenvolvimentos científicos ainda não eram conhecidos, como a Teoria dos Jogos, que foi mais rigorosamente formulada no século XX, ou ainda não tinham sido digeridas de maneira adequada pela comunidade científica, como a Teoria da Evolução das Espécies, introduzida por Charles Darwin.

As filosofias da história, entre outras preocupações, buscam revelar relações básicas que geram o movimento da história. Partem do pressuposto de que há uma relação entre o presente e o passado. O presente evolui do passado e existem algumas leis que tendem a explicar esse movimento. Obviamente, reconhece-se que há vários níveis de determinação da realidade social do presente a partir do passado. Formas específicas que o passado assumiu afetam o presente. Mas, além

dessas especificidades, há leis que explicam a evolução geral e que independem do momento específico que se classificou como passado ou presente, não importando a sociedade específica em análise.

Vale ressaltar que essa ideia não é compartilhada por todos os filósofos da história. Muitos acreditam que não existem essas leis gerais e que sempre há relações específicas a cada momento e em cada sociedade que explicam a conexão entre momentos consecutivos na história.¹ Tentar encontrar essas leis gerais que explicariam a evolução histórica seria um esforço intelectual inútil. Em uma visão econômica, é difícil incorporar tal concepção cética, pois a ciência econômica moderna busca sempre extrair leis e teorias atemporais que, sendo elas próprias dinâmicas, tenderiam a gerar relações de causa e efeito no tempo, que sempre ocorrerão. Como consequência, baseia-se na criação de relações gerais de causa e efeito que explicarão muito da evolução da história em qualquer momento e em todas as sociedades.

Por exemplo, na relação entre investimento e aumento da renda futura, há uma associação que se processa no tempo. Decisões hoje, entre consumo e investimento (ou poupança), geram resultados no futuro. A decisão por investimento leva algum tempo para ser implementada, o que comumente eleva a produção algum tempo depois, gerando uma relação intertemporal. Tal relação existe em qualquer sociedade, mesmo que ainda não haja moeda. Obviamente, quando se supõe que as sociedades já possuem moeda, o que ocorre na maioria delas há muito tempo, aumenta tremendamente essas teorias que asseguram uma relação intertemporal.

A partir dessa concepção de que existe dependência intertemporal na evolução histórica e que é possível encontrar leis que definam como essa evolução ocorre, serão aqui analisadas duas das principais filosofias que argumentam existir essas leis gerais de evolução histórica. São elas a de Hegel, que serviu de base inicial para a revisão de Marx, e a do próprio Karl Marx, que fundamentou o pensamento de esquerda desde então. Após essas revisões iniciais, uma nova filosofia da história, construída parcialmente a partir da crítica das duas anteriores, será apresentada. Essa última é a base para a interpretação da ideologia moderna de esquerda.

1 Donagan (1966) é um exemplo dessa visão.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção são apresentados alguns conceitos básicos que serão úteis para entender as diversas filosofias da história. Nas seções 3 e 4 são apresentadas as filosofias da história de Hegel e Marx, respectivamente. Na 5, a nova filosofia da história é introduzida, enquanto as seções 6 e 7 a desenvolvem um pouco mais. A 8 resume as principais conclusões e discute um pouco o papel da filosofia da história para o pensamento moderno de esquerda.

CONCEITOS BÁSICOS

Antes de prosseguir para apresentar as filosofias da história de Hegel e Marx, além de uma versão desenvolvida aqui, introduziremos alguns conceitos da filosofia da história marxista, que serão utilizados também nas apresentações das outras duas. Isso significa que, de certa forma, a apresentação a ser realizada aqui será dentro de um paradigma marxista, já que na conceituação básica para deixar claras as visões alternativas serão utilizados conceitos dessa filosofia.

O primeiro conceito introduzido é o de relações sociais de produção. Marx (1868) definiu-as como o conjunto das relações econômicas, entre elas o estado momentâneo e a evolução do desenvolvimento tecnológico, e das relações sociais estabelecidas no processo produtivo, tanto dentro de unidades produtivas individuais como em uma coletividade e entre coletividades, sejam elas definidas como cidades, países ou mesmo continentes. Na verdade, há controvérsias sobre o que exatamente estaria incluído nesse conjunto na nomenclatura de Marx, dado que ele mesmo utilizou o conceito com mais de um nível de abrangência em seus diversos trabalhos. Mas o conceito apresentado nesse parágrafo será o utilizado a seguir.

O segundo conceito é de superestruturas. Elas incluem as relações sociais que não são diretamente ligadas ao processo de produção e distribuição de bens e serviços. Incluem-se aí as instituições estabelecidas, o Estado entre elas; a cultura; os valores morais; as normas sociais; a religião; os padrões estéticos; o senso comum etc. Esse segundo grupo de fenômenos sociais pode ser dividido em dois subgrupos. Um que inclui apenas as instituições com relevância para a organização produtiva dos

indivíduos, abrangendo também normas e valores morais e religiosos que possam ter tal consequência. O segundo subgrupo reúne as demais superestruturas, tais como padrões estéticos, cultura e senso comum.

FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE HEGEL

Hegel apresentou sua filosofia da história em um livro que foi publicado após sua morte, mas cuja versão mais acessada foi publicada por seu filho em 1840.² Ele parte do pressuposto de que existe uma “divindade” que gerou uma composição racional do universo, que é absoluta e indiscutível, apesar de poder mudar ao longo do tempo. Nesse contexto, a história da humanidade seria uma convergência permanente para esse mundo racionalmente definido. Essa trajetória, contudo, não seria suave e persistente. Há momentos em que o curso da história se afasta desse ideal racional, gerando contradições entre a verdade racional e absoluta e a realidade efetiva. Essas contradições são eventualmente resolvidas em prol da racionalidade absoluta, havendo assim essa convergência de longo prazo.

Desvios de curto prazo do caminho que leva a esse ideal podem se acentuar porque o imediato da história é determinado pelas paixões humanas, que envolvem motivações e sentimentos não racionais e/ou de satisfações momentâneas individuais. Entretanto, os ditames da razão sempre se encontram por baixo dos movimentos mais superficiais da história e a partir das contradições geradas entre a forma e o conteúdo da evolução, este determinado pelo curso da razão, há o avanço dessa última na história. Essas contradições constantes entre os mundos ideal, representando a razão, e o real constituiriam o principal motor da história, levando permanentemente a mudanças na sociedade.

As instituições e demais superestruturas, sobretudo a organização do Estado, tenderiam a padrões ideais em que a razão prevalece. Entretanto, poderia haver desvios que gerariam ou aprofundariam as contradições entre o real e o ideal, como já exposto. Essas contradições gerariam soluções de ajuste que eventualmente reverteriam o equilíbrio de forma que possa haver retorno a um caminho de convergência

2 Nas referências aparece sua tradução para o inglês como Hegel (2001).

para o mundo ideal e racional. Essa prevalência do ideal sobre o real e a convergência para esse ideal, definido de modo racional por uma superioridade divina, é que fez com que Hegel tenha sempre sido classificado como um filósofo idealista.

A tecnologia e os processos produtivos, assim como as relações sociais em torno da produção, também evoluiriam permanentemente para um ideal absoluto. Ou seja, as relações sociais de produção teriam uma convergência para um modelo racional, que poderia ser definido como ideal, mesmo sem precisar recorrer a juízos de valor. Isso incluiria não só os processos de produção e distribuição, mas toda a organização social em torno deles. Obviamente, a maior produtividade e a organização em que o ser humano tem maior satisfação com menor esforço, em uma visão utilitarista dessa filosofia, seria a consequência dessa convergência. Contradições poderiam aparecer quando há externalidades negativas dos processos produtivos ou gera-se, por exemplo, anomalias como a escravidão. Os interesses imediatos e as paixões momentâneas poderiam levar ao florescimento, e mesmo ao crescimento, desses fenômenos contrários ao ideal gerado pela razão. A racionalidade humana, contudo, levaria à superação dessas contradições com o avanço do bem-estar gerado a partir das relações sociais de produção.

O desenvolvimento da racionalidade nas instituições e organizações sociais seria a fonte mais importante para que a razão prevaleça nas relações sociais de produção e assegure o ritmo socialmente mais adequado do desenvolvimento da produtividade ou forças produtivas, no conceito Marxista. Ou seja, as superestruturas políticas, em particular o Estado e as instituições, seriam de fato os maiores determinantes das relações sociais de produção, pois a superação das contradições entre o ideal e o real tende a gerar resultados mais rapidamente na evolução dessas instituições e então desencadeiam ajustes nas relações sociais de produção.

As contradições entre o mundo ideal concebido pela razão e a realidade efetiva constituem o motor da história. As sociedades evoluiriam a partir dessas contradições e convergiriam para um mundo ideal, apesar de sofrerem reveses frequentes, porém transitórios. Vale ressaltar que a prevalência da razão nas instituições é que leva à evolução racional das relações sociais de produção. Ou seja, o ritmo de desenvolvimento da produtividade é determinado, em última instância, pelo desenvolvimento das superestruturas, entre elas as instituições.

Como consequência, descobrir o ideal para a moral, o direito, a organização política etc. seria um dos objetivos da filosofia. Avançando nessas descobertas, ela poderia fomentar um ritmo mais acelerado da evolução da sociedade para o mundo da razão. Ou seja, na visão de Hegel, o desenvolvimento teria no conhecimento filosófico e humanista um de seus determinantes fundamentais.

Hegel também enfatiza o papel dos líderes, principalmente políticos, para promover a evolução, pois eles seriam capazes de trazer soluções para as contradições e deveriam fazer a razão prevalecer. Ou seja, os líderes tanto podem, por interesses pessoais, gerar contradições como trazer soluções em favor da racionalidade. Na visão dele, sempre apareceria um líder que promoveria tal solução em prol da racionalidade em momentos específicos para resolver contradições e impulsionar a sociedade para o seu caminho em direção à razão.

VISÃO MARXISTA

Marx apresentou sua filosofia da história ao longo de vários trabalhos, de forma parcial em cada um deles, sem ter esse objeto como preocupação maior. O livro a *Ideologia Alemã*,³ escrito por Marx com Friedrich Engels, não sendo publicado à época por falta de editora, foi um dos primeiros a abordar a questão, mas outras obras, como *18 Brumário de Luís Bonaparte*,⁴ *Contribuições à Crítica da Economia Política*,⁵ e principalmente o *Capital*,⁶ trazem muitas passagens e comentários que introduzem essa filosofia.

Assim como em Hegel, Marx identifica em contradições intrínsecas ao processo histórico o motor da história. Mas, para ele, os conflitos de interesse entre as classes sociais geram a luta de classes e seriam as contradições fundamentais para determinar a evolução das sociedades. Enquanto para Hegel seriam as contradições entre o mundo real e os produtos da razão que moveriam a história, Marx traz as contradições para o mundo real, entre entes históricos concretos, que são as classes sociais. Ou seja, Marx mantém a lógica dialética de Hegel, mas

3 Marx (1932), originalmente escrito em 1846.

4 Marx (1963), originalmente escrito em 1852.

5 Marx (1977), originalmente escrito em 1859.

6 Marx (1967), originalmente publicado em 1867.

traz para o mundo material as contradições essenciais que explicam a evolução histórica. Por isso, muitas vezes Marx apresenta sua filosofia da história de forma a subverter a Hegeliana.

Na visão marxista tradicional, as forças produtivas teriam uma tendência de longo prazo de gerar mais desenvolvimento com mais produtividade e bem-estar médio para a população. Os seres humanos teriam incentivos permanentes para gerar maior conforto, e isso leva à evolução persistente das forças produtivas. Esse desenvolvimento, contudo, teria sua velocidade alterada pelas relações sociais de produção e as superestruturas, sobretudo aquelas associadas aos processos produtivos. Essas últimas poderiam gerar empecilhos ao desenvolvimento das primeiras e atrasar o desenvolvimento das forças produtivas.

Os empecilhos surgiriam principalmente quando houvesse inadequação das relações sociais de produção ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. Isso ocorre porque a forma específica que o desenvolvimento das forças produtivas assume é também influenciada pelas relações sociais de produção existentes e as superestruturas que elas geram. O conflito entre as principais classes sociais que se relacionam nessas relações sociais de produção gera uma tendência a reduzir a velocidade de desenvolvimento das forças produtivas, pois a classe dominada gerará demandas que bloqueiam regras que comprometam seu bem-estar. Por exemplo, no Brasil, o excesso de regras nas relações trabalhistas, contidas na legislação trabalhista, dificulta as inovações das empresas e, portanto, atrasa o desenvolvimento das forças produtivas no país.

A partir de tal problema, eventualmente surgem novas classes sociais, que se relacionam de forma diferente entre si, mesmo quando há conflitos entre elas, mas que ficam à margem das amarras impostas pelas superestruturas ao desenvolvimento das forças produtivas, sob as relações sociais de produção e superestruturas dominantes. A consequência é que essas novas relações e classes sociais crescem e ocasionalmente a mais forte delas toma conta do poder político e ideológico e muda as superestruturas, favorecendo sua dominação social por meio de proteção à classe dominante pelas regras e instituições sociais que se estabelecem. O desenvolvimento tecnológico é fundamental para criar essas oportunidades de novas

relações sociais de produção. Daí o desenvolvimento das forças produtivas serem em última instância o combustível da história, sendo o conflito entre as classes sociais seu motor.

Essa forma de explicar as revoluções sociais e a transição entre modos de produção também foi estendida por Marx para explicar a dinâmica em sociedades capitalistas. De modo geral, as relações sociais de produção, que são relações econômicas, prevaleceriam sobre as superestruturas, pois elas determinam os conflitos entre as classes sociais no processo produtivo. Mas esses conflitos se estendem para as superestruturas e aos poucos as moldam na tentativa de solucionar conflitos de forma a evitar que eles se tornem disruptivos. Assim, a natureza e a forma dos conflitos entre as classes sociais levariam à determinação de superestruturas que, por sua vez, definiriam o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, instituições são determinadas pelos conflitos entre as classes sociais. Compreender a dinâmica desses últimos é a forma de compreender a evolução histórica de um povo e por conseguinte seu nível de desenvolvimento em relação a outros povos, na visão marxista.

UMA NOVA FILOSOFIA DA HISTÓRIA

O ser humano é essencialmente um animal com todos os instintos que criaram e preservaram a vida em milhões de anos. Isso envolve instintos de sobrevivência e de reprodução que são determinantes em muitas de nossas ações. Apesar das várias mudanças históricas nas concepções sociais e no comportamento, esses atributos animais intrínsecos sempre foram determinantes das ações individuais e coletivas dos seres humanos. Ao longo da história, sofreram poucas mudanças de substância, como bem reporta Harari (2014), pois o ser humano é uma espécie animal geneticamente estável.

Dessa forma, a filosofia da história apresentada aqui difere das anteriormente apresentadas porque trata o ser humano apenas como um animal, que é produto da evolução das espécies, como todas as outras, assim como revelou Charles Darwin em sua obra *A Origem das Espécies*.⁷ A partir dessa hipótese inicial, o ser humano não é visto como intrinsecamente diferente dos demais animais. Marx

7 Ver Darwin (1859).

e Hegel, sobretudo este, tratavam o ser humano como algo à parte dos demais animais, capaz de viver em sociedades que convergiriam para situações em que a felicidade adviria da fraternidade e vários outros preceitos morais, que em geral são defendidos pelas religiões. O ponto de partida aqui é completamente distinto do utilizado por Marx e Hegel.

Apesar disso, reconhece-se que o *Homo sapiens* desenvolveu um nível sofisticado de racionalidade como produto de sua evolução como espécie animal. O significado dessa habilidade é a capacidade de definir uma estratégia plausível ou uma sequência de ações para atingir determinado resultado. Ou, de forma mais genérica, racionalidade é a capacidade de escolher um conjunto de sequências de ações, entre opções alternativas, para gerar um conjunto de resultados entre vários possíveis, com probabilidade um tanto superior aos resultados puramente aleatórios. Pressupõe a inferência de relações de causa e efeito na realidade objetiva e a aplicação da lógica para escolher o conjunto de ações mais apropriado para aumentar a probabilidade de obter os resultados mais desejados. É desnecessário dizer que nenhum desses conjuntos de ações e resultados é necessariamente definido por eventos acontecendo em um mesmo momento.

Além disso, é fundamental reconhecer que muitos, ou mesmo todos, os animais são capazes de realizar tais processos. No entanto, duas coisas são particularmente importantes nos seres humanos. A primeira é a complexidade potencial das sequências a serem definidas e seguidas, e a segunda é a capacidade de mobilizar números elevados de indivíduos de nossa espécie em uma mesma sequência. Formigas e abelhas fazem isso também, mas nossas sequências são mais complexas. Alguns mamíferos também mobilizam vários indivíduos em uma mesma sequência, mas geralmente em menores números e em sequências bem menos complexas. Obviamente, a capacidade de acumular grandes volumes de conhecimentos e transmiti-los para outros de forma sintética são dois determinantes fundamentais dessa capacidade de definir sequências complexas, sendo determinantes importantes da possibilidade de engajar vários de nós em uma mesma sequência, com um objetivo comum.⁸

8 Ver Harari (2014) para uma discussão aprofundada do papel da comunicação para essa mobilização.

No entanto, essas características e nível de complexidade das sequências não nos retira a característica de sermos animais, como vários outros. A diferença vem apenas da complexidade dos conjuntos de informações, relações de causa e efeito e possíveis ações que são consideradas em nossas decisões. Os seres humanos são capazes de extrair da realidade, a partir de experiências próprias ou de terceiros, transmitidas por comunicação, mais conhecimentos sobre relações de causa e efeito com a finalidade de construir conjuntos mais complexos de ações e resultados desejados. Inclui-se aí a complexidade intertemporal das relações entre ações e objetivos desejados. Animais que comumente são classificados como irracionais têm bem menos habilidades para construir esses conjuntos de relações de causa e efeito e usá-los para definir ações com objetivos estabelecidos. É importante mencionar que a capacidade de criar conjuntos complexos de relações de causa e efeito também ajuda a moldar os resultados desejados, que frequentemente são mais complexos do que em animais com menos razão. Além disso, ainda tornam mais complexos os conjuntos de estratégias e de combinações de ações para se obter um conjunto de resultados.

Outra herança animal importante incluída nos seres humanos é o seu instinto de sobrevivência, que nos faz sempre buscar sobreviver. Ou seja, essa busca está sempre entre as principais motivações das ações humanas quando a sobrevivência puder ser posta em risco. Esse instinto é intrinsecamente forte quando a sobrevivência em questão é a do próprio indivíduo. Contudo, pode ser estendido à sobrevivência de outros seres humanos com relação pessoal próxima. Vale lembrar que esse instinto também foi herdado de nossa evolução como animal e é semelhante ao de todos os demais animais. Por sua importância em todas as ações humanas, é um dos principais determinantes da evolução histórica e, portanto, um dos pilares de uma filosofia da história que capture a dinâmica social de longo prazo. Esse instinto ganha sofisticação quando o ser humano o utiliza dentro de sua racionalidade mais complexa, mas na essência o instinto é exatamente o mesmo que o dos demais animais.

A racionalidade do ser humano, adquirida ao longo de sua evolução como espécie, juntamente com o instinto de sobrevivência, faz da aversão ao risco uma característica humana intrínseca. Como os seres humanos sempre têm instinto de sobrevivência, a aversão ao risco sempre pressionará para a acumulação de riqueza

e recursos, de modo que possam reduzir a probabilidade de sofrer escassez que venha a comprometer o padrão de vida. Isso gera um impulso permanente e de longo prazo para desenvolver as forças produtivas e promover a acumulação de riqueza. Assim, este impulso, supostamente exógeno nas formulações de Marx, torna-se aqui endogenamente determinado pela evolução das espécies, que nos deu instinto de sobrevivência e racionalidade para fazer planejamento intertemporal. Juntas, essas duas heranças da evolução de nossa espécie geram aversão ao risco e o foco permanente no desenvolvimento das forças produtivas.

A racionalidade humana gerou sofisticação na avaliação das relações de causa e efeito decorrentes de estratégias de ações alternativas. Como consequência, logo o ser humano começou a perceber que a cada momento, quando se defrontava com um problema ou aspiração, poderia seguir uma série de estratégias, que podem ser classificadas em dois grandes conjuntos. Um primeiro em que ele se envolve em sequência de ações em que coopera com um conjunto de seus semelhantes, conjunto esse que chamaremos de postura cooperativa. A segunda opção é se envolver em sequência de ações em que não adota postura cooperativa com o conjunto de seus semelhantes. Esse segundo conjunto será aqui chamado de postura não cooperativa. Obviamente, havendo referência a um conjunto de outros indivíduos, pode se ter uma mesma sequência de ações que seja cooperativa com um determinado subconjunto de indivíduos e não cooperativa com outro.

Além disso, é possível que em uma parte da sequência de ações um determinado indivíduo tenha postura cooperativa enquanto em outra ele não coopere. Seriam casos em que comumente se identifica o indivíduo como traidor. Para simplificar, serão consideradas as posturas cooperativa ou não cooperativa quando se referir aos indivíduos que dividem o espaço econômico ou segmento social com aquele indivíduo. As sequências, por sua vez, serão apenas aquelas em que o comportamento é único, seja ele cooperativo ou não cooperativo. Essa homogeneidade pode ser obtida se a alternância no comportamento levar à divisão de uma sequência mais longa em sequências menores, cujo comportamento nelas seja homogêneo. Essas últimas, com homogeneidade na postura cooperativa, são aqui reconhecidas como unitárias.

Dada a racionalidade humana desenvolvida, a experiência nos ensinou que enfrentamos duas alternativas: jogar um jogo cooperativo ou um não cooperativo com nossos semelhantes. A não cooperação muitas vezes gera maiores ganhos para os indivíduos no curto prazo, mas frequentemente é prejudicial ao bem-estar no longo prazo, quando comparado ao que emerge dos comportamentos cooperativos alternativos. Assim, a contradição entre incentivos para cooperar e não cooperar é um determinante essencial que molda a evolução histórica desde os primórdios de nossa espécie. Sempre há incentivos tanto para cooperar quanto para não cooperar. Cada indivíduo escolhe a cada momento o seu conjunto de ações ou estratégias efetivas a partir dos conjuntos com alternativas cooperativas e não cooperativas, sempre visando os resultados decorrentes de cada uma das estratégias. A combinação social dessas decisões individuais é determinante da dinâmica da história, incluindo aí a formação e a evolução das instituições e normas sociais.

A humanidade, em todas as sociedades e em todos os períodos históricos, sempre encontrou algumas ideologias para ajudar a convencer os indivíduos a cooperarem. Religiões, normas sociais, noções éticas e morais, ideias de identidades entre indivíduos de grupos específicos, como família ou tribos, e demandas de solidariedade são apenas algumas dessas ideologias que ajudaram a aumentar a vontade individual de cooperar. No entanto, apesar de toda a possível eficiência dessas ideologias nos diferentes momentos da história humana, a contradição fundamental mencionada anteriormente foi sempre latente e ajudou a moldar a sociedade.

Os comportamentos não cooperativos sempre aparecem em alguns indivíduos ou grupo em momentos específicos em qualquer sociedade. A frequência individual da falta de cooperação ao longo do tempo e a quantidade média de ações não cooperativas por parte dos indivíduos em um determinado período variam de uma sociedade para outra e entre momentos históricos particulares. Isso significa que o impacto dessas ideologias pró-cooperação não é o mesmo em diferentes momentos da história, nem entre os muitos ambientes sociais.

Há também outros instrumentos que as sociedades utilizam para promover a opção pela cooperação dos indivíduos. As retaliações e as leis que sujeitam os comportamentos humanos não cooperativos a punições são exemplos. Os ganhos obtidos com a postura cooperativa dos indivíduos são tais que muitas sociedades

ou grupos de indivíduos diversas vezes criam instituições para fortalecer os incentivos individuais para cooperar, além do fomento para tal por meio de ideologias. No entanto, a eficiência desses dispositivos também varia entre as sociedades e os períodos para um mesmo grupo social. Quanto maior o grupo social governado pelas mesmas instituições, maior tende a ser a complexidade das leis necessárias a incentivar a postura cooperativa. Esta relação simples e óbvia é uma das principais causas da aparente convergência a longo prazo para uma estrutura racional do quadro institucional, que deu a noção de aumento cronológico da racionalidade e a convergência para um mundo racional, como defendeu Hegel.

A partir dessa visão da evolução da história, esta é vista como não levando a humanidade a um mundo em que a racionalidade acabará por prevalecer, como na visão de Hegel. Também não a conduzirá a um mundo em que as instituições assegurarão a plena harmonia social, após o fim dos conflitos de classe, sob o domínio do comunismo ao suceder o capitalismo, como previsto por Marx. A contradição essencial do comportamento cooperativo/não cooperativo, mencionada antes, sempre motivará mudanças institucionais que tentam aumentar os incentivos para cooperar. Entretanto, os ajustes às instituições existentes e as falhas para evitar a falta de cooperação sempre aparecerão e moverão a sociedade. Não necessariamente para uma racionalidade crescente.

A racionalidade humana e a aversão ao risco, esses dois desfechos da evolução das espécies, também geram a percepção de que os resultados da cooperação promovem o bem-estar geral em maior grau do que seria alcançado por meio de posturas não cooperativas. Porém, os resultados da não cooperação podem ser superiores na promoção do bem-estar de indivíduos específicos, se os demais mantiverem postura cooperativa. À medida que esses benefícios individuais são alcançados em detrimento do bem-estar da maioria, a racionalidade empurra a sociedade para criar instrumentos para restringir a não cooperação de indivíduos. Isso, por si, já justifica a crescente complexidade das instituições e a aparente evolução racional delas a longo prazo, como argumentou Hegel.

No entanto, não é necessariamente verdade que tal evolução seja em uma direção particular, rumo à promoção da democracia e do respeito aos direitos básicos individuais, por exemplo. Assim, o surgimento do nazismo não é um

exemplo contrário a essa hipótese, como muitas vezes é apresentado para desafiar a concepção de Hegel. O nazismo mobilizou a sociedade alemã em torno de um objetivo específico e com isso facilitou a cooperação entre eles, mesmo que não tenha havido uma evolução com maior racionalidade. Apesar disso, percebeu-se que os ganhos foram apenas de curto e médio prazos. Por isso, ao fim da guerra, a organização institucional na Alemanha foi revertida para uma democracia.

A ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA também faz parte de uma evolução irracional, mas que gerou benefícios para uma grande parte do povo norte-americano, elevando o emprego e a renda média no país. Entretanto, ao criar barreiras comerciais, ele está comprometendo a racionalidade das instituições com decisões arbitrárias. Sabe-se que tal procedimento deverá inibir o desenvolvimento de longo prazo nos EUA, mas a população não percebe essa realidade e dá suporte a essa estratégia de não cooperação com estrangeiros, vendo-a como uma evolução da cooperação entre norte-americanos.

A promoção da eficiência produtiva por meio de escala e especialização também leva a sociedade a um crescente aumento da integração espacial através do comércio. Inicialmente, os seres humanos começaram a trocar bens e serviços nas proximidades dos locais onde viviam. Com o passar do tempo, esse universo espacial de trocas se expandiu e as trocas se intensificaram. Assim, para que fossem feitas em maiores níveis de segurança, foi necessário aumentar o universo espacial sob regras e leis comuns. A consequência foi que mais pessoas passaram a aceitar se subordinar a essas regras comuns para poderem se beneficiar dos ganhos potenciais da especialização e escala produtiva. Esse aumento de pessoas sujeitas às mesmas regras também fomentou a diversidade de situações que demandavam regulamentação para permitir a integração comercial. Isso levou à crescente complexidade institucional identificada por Hegel. Ou seja, ela é consequência do desenvolvimento das forças produtivas, engendrado pela aversão ao risco e instinto de sobrevivência, junto com a potencialidade de ganhos de escala na produção e no comércio.

Assim, a sociedade evolui sob uma tendência de longo prazo para aumentar o desenvolvimento das forças produtivas e a complexidade das instituições, conforme identificado por Marx e Hegel, respectivamente. No entanto, essas tendências de longo prazo, em vez de serem determinadas de maneira exógena ou definidas como uma regra por Deus, são resultados dos dois maiores motores da evolução histórica,

que são as contradições entre incentivos para cooperar e não cooperar e o instinto de sobrevivência, juntamente com a racionalidade, todos decorrentes da evolução do *Homo sapiens* como espécie animal. É a partir desses pilares básicos de evolução histórica que podemos entender a história da humanidade e de qualquer povo.

DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA: CRÍTICAS A HEGEL E MARX

Essa filosofia da história apresentada na seção anterior argumenta que a evolução da humanidade não possui um fim em si, que seria convergir para uma perfeição institucional absoluta, como defendido por Hegel, ou para uma sociedade em que não há mais classes sociais e a generosidade e a fraternidade venham a prevalecer, como defendido por Marx. Nesse último caso, tomando emprestado o modelo de céu aspirado pelos cristãos e introduzindo-o aqui na Terra como produto da evolução histórica. Além disso, a dinâmica da história não é motivada pela contradição entre a perfeição ideal absoluta e a realidade momentânea, como argumentado por Hegel, ou a contradição entre as classes sociais do modo de produção dominante, como defendido por Marx.

O instinto de sobrevivência animal, a racionalidade aguçada pela evolução da espécie e a aversão ao risco servem de lastro para as decisões, presentes a cada momento nas vidas individuais, entre cooperar ou não com os seus semelhantes. Obviamente, essa decisão inclui também a escolha de com quem cooperar ou não a cada momento e em cada situação. A contradição permanente entre essas duas opções, em grandes agregados sociais, seria o motor da história nessa nova filosofia da história.

Em um ambiente com informações incompletas, os seres humanos estão sempre decidindo qual o melhor caminho, cooperar ou não cooperar com seus semelhantes ou, mais precisamente, com os diversos grupos de outros humanos. Se houver informação perfeita, os indivíduos cooperarão entre si na maioria das circunstâncias, até mesmo para estabelecer regras de solução de conflitos em circunstâncias nas quais os resultados possíveis envolvam rivalidade na apropriação dos benefícios. Ou seja, mais para um indivíduo ou conjunto representa menos para outro conjunto de indivíduos. Se alguém resolver não cooperar ou trapacear, sob informação